

Nota de Repúdio à Campanha da conscientização contra o Aborto para as Mulheres no Estado do Tocantins

Foi aprovado na Assembleia Legislativa do Tocantins e segue para sanção do Governo do Estado um projeto de lei de autoria do Deputado Gipão que institui a "Semana de Combate ao Aborto". No entanto, essa proposta, que tenta disfarçar-se de campanha de conscientização, na verdade representa uma ameaça direta às mulheres, reforçando a sua criminalização e ignorando as condições sociais, econômicas e de saúde que as levam a buscar esse recurso em situações desesperadoras.

Não podemos nos calar diante de um Projeto de Lei - PL proposto por um homem, que quer ditar regras sobre os corpos das mulheres e violar os seus direitos, inclusive previstos em lei!

Em seus termos, o PL diz que deve envolver crianças e adolescentes na discussão sobre aborto, quando na verdade deveria empoderá-las para uma vida segura e livre de violências. Ainda, quer definir o dia 08 de agosto como o "Dia Estadual contra o Aborto". Em pleno mês de agosto, marcado pelo "Agosto Lilás" – uma campanha nacional de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, essa tentativa de impor uma campanha de combate ao aborto é um verdadeiro contrassenso. Em vez de promover proteção, acolhimento e política pública de saúde, o Estado busca intensificar o julgamento e a perseguição das mulheres, supervisionando as realidades de milhares delas que vivem à margem de direitos básicos e condições dignas de saúde.

Sabemos que o aborto inseguro e o feminicídio são causas reais de mortes de mulheres no Brasil, especialmente entre aquelas em situação de vulnerabilidade. Esse projeto de lei vai na contramão da luta pela saúde, e pela vida das mulheres, ignorando que a criminalização apenas contribui para aumentar os riscos e expor ainda mais as mulheres à violência e ao abandono. Quando o aborto é tratado como crime, as mulheres que se veem obrigadas a interromper uma gravidez recorrem a procedimentos inseguros, muitas vezes em condições precárias, o que eleva as chances de complicações graves e até de morte. Esse cenário é agravado para aquelas que, por falta de recursos financeiros e apoio social, não têm acesso a um sistema de saúde que as acolha de forma digna e segura.

O aborto inseguro é uma das principais causas de morte materna no Brasil, principalmente entre mulheres pobres e negras, que enfrentam as consequências cruéis de uma criminalização que não considera suas realidades. De acordo com dados do Ministério da Saúde, milhares de mulheres são internadas todos os anos devido a complicações resultantes de abortos clandestinos, por outro lado, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil, 75% das vítimas de estupro têm menos de 14 anos de idade. O país registra um caso de estupro a cada 8 minutos. Essa realidade de desproteção às meninas e mulheres é reforçada pela negligência e pela violência do poder público, como foi o caso da menina de 11 anos, vítima de estupro em Santa Catarina, que foi impedida de exercer seu direito de interromper a gravidez, mesmo com a garantia legal para casos de estupro e risco à vida. Exemplos como este apenas reforçam o controle sobre os corpos das mulheres, enquanto desconsideram o impacto mortal de leis punitivas. Precisamos lembrar que o direito ao aborto em casos de estupro, risco de vida e anencefalia já é

assegurado por lei, mas as mulheres ainda são, muitas vezes, violentadas por uma sociedade e um sistema que falham em protegê-las.

Ao invés de investir em políticas de saúde pública que garantam o direito à vida e à integridade das mulheres, o PL perpetua uma visão punitivista e ignorante sobre a realidade dessas mulheres. A ausência de políticas de educação sexual, planejamento familiar e acesso a métodos contraceptivos é um reflexo do abandono e da negligência para com a vida das mulheres, especialmente das mais pobres. Em vez de apoiá-las, garantir criminalizá-las apenas as empurram para um ciclo de dor e de exclusão.

👊 Apelamos ao governador Wanderlei Barbosa para que rejeite esse Projeto de Lei, que agrava a criminalização das mulheres e ignora as realidades difíceis que muitas enfrentam. E, para que todo e qualquer outro documento desta natureza seja extinto e/ou não aprovado. O Tocantins precisa de políticas que promovam saúde, dignidade e proteção para todas.

Assinam esta nota:

Secretaria de Mulheres do PCdoB Palmas-TO

Outras Observatório Feminista

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente - Cedeca Glória de Ivone

Grupo de Estudos de Mulheres Negras do Tocantins - Adinkra

União da Juventude Socialista - UJS Tocantins

Centro de Direitos Humanos de Palmas - CDHP

Grupo Feminista Dina Guerrilheira

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Projeto de extensão Terças Feministas da UFT